

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
SIGLAS E ABREVIATURAS	7
1.º CAPÍTULO	
A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DA INFRAÇÃO PENAL	17
I. Sentido, objeto, método e estrutura	17
II. Evolução histórica	18
1. Escola Clássica	19
2. Escola Neoclássica	20
3. Escola Finalista	21
III. Fundamentos de um “sistema teleológico-funcional e racional”	22
IV. Bases do sistema teleológico-funcional e racional	23
V. As categorias dogmáticas	25
2.º CAPÍTULO	
A DOCTRINA DO CONCURSO E O CRIME CONTINUADO	27
I. Concurso de normas ou concurso aparente de crimes	27
1. Noção geral	27
2. A relação entre as normas	28
2.1. Relação de especialidade	28
2.2. Relação de consunção em sentido técnico	29
2.3. Relação de consunção em sentido amplo (figuras afins da consunção?)	30
2.4. Relação de subsidiariedade	31

II. Concurso efetivo de crimes	33
III. Crime continuado	33
3.º CAPÍTULO	
TEORIA DA INFRAÇÃO PENAL	35
I. Ação (e omissão) (suscetível de ser) típica (ou a síntese entre finalismo e funcionalismo)	35
II. Tipo objetivo de ilícito	42
1. Questões gerais de tipicidade	42
2. Classificação dos tipos legais de crime segundo elementos objetivos comuns	45
2.1. Quanto ao autor	45
2.1.1. Pessoas singulares e pessoas coletivas	45
2.1.2. Crimes comuns e crimes específicos	46
2.1.2.1. Crimes específicos próprios	47
2.1.2.2. Crimes específicos impróprios	47
2.2. Quanto à estrutura do comportamento: crimes de ação e crimes de omissão	47
2.3. Quanto à consumação: crimes de mera atividade e crimes de resultado	48
2.3.1. Crimes de omissão pura e crimes de omissão impura	48
2.4. Quanto à tutela do bem jurídico	49
2.4.1. Crimes de dano	49
2.4.2. Crimes de perigo	49
2.4.2.1. Crimes de perigo abstrato	49
2.4.2.2. Crimes de perigo concreto	50
3. Subsunção nos crimes de mera atividade	50
4. Subsunção nos crimes de resultado. Imputação objetiva do resultado à conduta	50
4.1. Sentido do problema	50
4.2. Alusão histórica	51
4.2.1. À teoria das condições equivalentes (ou da <i>conditio sine qua non</i>)	51
4.2.2. À teoria da causalidade adequada	51
4.3. A teoria (geral da imputação objetiva segundo o princípio) do risco	52
4.3.1. Considerações gerais	52
4.3.2. Sistematização da teoria do risco	53

4.3.2.1. <i>Pressuposto-I</i> : criação de um risco “proibido” (não tolerável pela sociedade), ou aumento “proibido” de risco preexistente, de verificação do resultado típico	53
4.3.2.2. <i>Pressuposto-II</i> : resultado enquanto materialização do risco	61
5. Subsunção nos crimes de omissão	70
5.1. Considerações gerais	70
5.2. Impossibilidade fáctica <i>absoluta</i> (ou a omissão insuscetível de ser típica)	71
5.3. Impossibilidade fáctica <i>relativa</i> (ou a omissão socialmente adequada ou tolerável)	72
5.4. Subsunção nos crimes de omissão pura	73
5.5. Subsunção nos crimes de omissão impura. As posições de garante	73
5.5.1. Lei	74
5.5.2. Contrato (ou assunção voluntária de funções de proteção)	75
5.5.3. Ingerência	75
5.5.4. Domínio da fonte de perigo	76
5.5.5. Comunidades de perigo	76
5.6. Subsunção nos crimes de omissão impura. Imputação objetiva do resultado à conduta omissiva. A teoria do risco (adaptação à omissão)	77
5.6.1. <i>Pressuposto-I</i> : não diminuição “proibida” (intolerável pela sociedade) do risco de verificação do resultado típico	77
5.6.2. <i>Pressuposto-II</i> : resultado enquanto materialização do risco não diminuído	79
III. Tipo subjetivo de ilícito	83
1. Construção	83
2. Dolo do tipo	84
2.1. Estrutura do dolo do tipo: elemento cognitivo (intelectual)	84
2.1.1. Conhecimento do facto típico	84
2.1.1.1. Erro(-ignorância) sobre (d)o facto típico (<i>error in persona vel objecto</i> e erro sobre o desenvolvimento do risco)	85
2.1.1.2. Erro sobre elementos descritivos e erro sobre elementos normativos do tipo	88
2.1.1.3. <i>Aberratio ictus vel impetus</i>	89
2.1.2. Conhecimento das proibições legais	92

2.1.2.1. Erro sobre (desconhecimento d)as proibições legais	93
2.2. Estrutura do dolo do tipo: elemento volitivo	93
2.2.1. Dolo direto (artigo 14.º, n.º 1, do CP)	93
2.2.2. Dolo necessário (artigo 14.º, n.º 2, do CP)	93
2.2.3. Dolo eventual (artigo 14.º, n.º 3, do CP)	94
3. Dolo e erro nos crimes de omissão	94
4. Elementos subjetivos específicos	95
5. Crimes negligentes (a negligência do tipo)	96
5.1. Negligência consciente e negligência inconsciente	97
5.2. Negligência consciente e distinção face ao dolo eventual	98
5.3. Crimes preterintencionais e/ou agravados pelo resultado	103
5.3.1. Crime (agravado pelo resultado) preterintencional	103
5.3.2. Crime agravado pelo resultado (atípico e, portanto, não necessariamente preterintencional)	104
IV. Ilicitude e causas de justificação.	105
1. Questões fundamentais	105
1.1. Complementaridade funcional e diversidade estrutural	105
1.2. Causas de justificação e princípio da unidade da ordem jurídica	106
1.3. Tentativas de sistematização das causas de justificação	107
1.4. Elementos subjetivos das causas de justificação (remissão)	107
2. Legítima defesa	108
2.1. Fundamento	108
2.2. Pressupostos	108
2.3. Requisito de atuação	112
2.4. Limites ético-sociais	114
2.5. Legítima defesa jurídico-civil (artigo 337.º do CC)	117
3. Direito de necessidade	118
3.1. Fundamento	118
3.2. Pressupostos	119
3.3. Requisitos de atuação	120
3.4. A questão do direito de necessidade defensivo	125
3.5. Estado de necessidade jurídico-civil	127
4. Conflito de deveres	127
4.1. Fundamento	127
4.2. Pressupostos	128
4.3. Requisito de atuação	129
5. Consentimento	130
5.1. Fundamento	130

5.2. Pressuposto	131
5.3. Requisito de atuação	132
5.4. O elemento subjetivo	133
5.5. Consentimento presumido	134
6. Ação direta (artigo 336.º do CC)	135
7. Outras situações justificantes	137
8. Os elementos subjetivos das causas de justificação	137
8.1. Fundamento	137
8.2. A factualidade (meramente) objetiva justificante	138
8.3. A situação (meramente) subjetiva justificante (ou as causas de justificação putativas)	140
9. As causas de justificação nos crimes omissivos	142
V. Culpa e negação da culpa	142
1. Conceito fundamental	142
1.1. Culpa pela vontade referida ao facto	143
1.2. Culpa como atuação ilícita apesar da capacidade (concreta) de resposta normativa	144
1.3. Culpa pela personalidade	145
1.4. Culpa dolosa e culpa negligente	149
1.5. Integração de culpa e prevenção na categoria da “responsabilidade” (Roxin)?	150
2. Pressupostos da culpa: imputabilidade e consciência (ou obrigação de consciência) da ilicitude	153
3. Culpa material (exigibilidade do comportamento lícito)	153
4. Culpa formal (censurabilidade pelo comportamento ilícito)	154
5. Negação (exclusão) da culpa	154
5.1. Inimputabilidade	154
5.1.1. Em razão da idade	154
5.1.2. Em razão de anomalia psíquica	154
5.2. Erro sobre a ilicitude	157
5.2.1. Não censurável	157
5.2.2. A afirmação da culpa dolosa no erro censurável	158
5.2.3. A obediência indevida desculpante	160
5.3. Estado de necessidade desculpante	161
5.3.1. Pressupostos	161
5.3.2. Critério da inexigibilidade	162
5.4. Legítima defesa excessiva desculpante	165
5.4.1. Pressupostos	165

5.4.2. Excesso não censurável	166
5.5. Outras situações de negação da culpa	167
5.6. Elementos subjetivos das causas de exclusão da culpa	168
5.7. Suposição errónea de contexto fático justificante ou desculpante e a negação da culpa dolosa	169
6. A exclusão da culpa nos crimes omissivos	169
VI. Punibilidade	171
1. A questão da autonomia dogmática	171
2. Dignidade penal do facto e carência de pena	171
4.º CAPÍTULO	
FORMAS ESPECIAIS DO CRIME	173
I. Tentativa e desistência	173
1. Tentativa	173
1.1. Consideração introdutória	173
1.2. <i>Iter criminis</i> , início da tentativa e dolo	174
1.3. Tentativa inacabada e acabada	177
1.4. Punibilidade da tentativa	178
1.5. Tentativa impossível	178
1.6. Punibilidade da tentativa impossível	179
1.7. Crime putativo e crime impossível	180
2. Desistência	183
2.1. Desistência voluntária da tentativa	183
2.2. Desistência e estágio alcançado pela tentativa	186
3. Tentativa e desistência nos crimes de omissão	188
3.1. Tentativa nos crimes de omissão pura	188
3.2. Tentativa nos crimes de omissão impura	190
3.3. Desistência voluntária nos crimes de omissão pura	192
3.4. Desistência voluntária nos crimes de omissão impura	192
II. Comparticipação	193
1. Considerações gerais	193
2. Autoria e participação: a teoria <i>subjetiva</i> da participação	193
3. A “teoria do domínio do facto” (<i>Tatherrschaftstheorie</i>)	194
4. Autoria	196
4.1. Autoria imediata	196
4.2. Autoria mediata. Considerações gerais	197

4.2.1. Autoria mediata por domínio da vontade	197
4.2.1.1. Por (indução em) erro	197
4.2.1.2. Por coação	198
4.2.1.3. Por (aproveitamento de) inimizabilidade	199
4.2.2. Autoria mediata por domínio de organização	200
4.3. Coautoria	204
5. Participação	208
5.1. Instigação	208
5.1.1. A instigação como participação	208
5.1.2. Conceito de instigação	215
5.1.3. Instigação em cadeia	216
5.2. Cumplicidade	218
5.3. Punibilidade do (com)participante	221
5.3.1. A teoria da acessoriedade limitada (<i>acessoriedade qualitativa</i>)	221
5.3.1.1. Acessoriedade na autoria mediata?	225
5.3.2. A inversão (da direção) da regra da acessoriedade (artigo 28.º do CP)	225
6. Questões comuns	226
6.1. Tentativa na comparticipação	226
6.1.1. Considerações gerais	226
6.1.2. Na autoria mediata	227
6.1.3. Na coautoria	229
6.1.4. Na instigação e na cumplicidade (<i>acessoriedade quantitativa</i>)	234
6.2. Desistência na comparticipação	235
6.3. Comparticipação nos crimes de omissão	237
6.3.1. Considerações gerais	237
6.3.2. Autoria imediata	238
6.3.3. Autoria mediata	240
6.3.4. Coautoria	241
6.3.5. Instigação	242
6.3.6. Cumplicidade	244
6.4. Comparticipação no crime negligente. A relevância da “autoria paralela”	245
 BIBLIOGRAFIA	 249